

A crise¹

Jordi Baño i Aracil²

Resumo:

O mundo todo se faz perguntas sobre a crise. Caberiam muitas outras indagações além das aqui colocadas, mas é preciso formular algumas questões e tentar dar a elas respostas. Ainda que tudo pareça ter-se iniciado com as hipotecas *subprime* e continuado com a crise financeira, a causa concreta e imediata tem seu cerne na falta de regulação e fiscalização, que teve origem na ideia ardilosa de que o mercado era capaz de se autorregular com mais eficácia do que com a intervenção e a supervisão dos poderes públicos. Assim aconteceu: foi preciso uma crise financeira para que algo mudasse e, pelo caminho, ainda persistem recentes crises alimentares, energéticas e ambientais. Mas há mais dúvidas a suscitar sobre essa crise.

Palavras-chave: Crise econômica. Questões. Soluções.

1 Desregulação? Pode o mercado se autorregular?

A resposta é evidente: NÃO. Diante do resultado, não há dúvidas. Isso significa a morte da Escola de Chicago, tendo Milton Friedman e outros à frente, mas também, neste momento, a ressurreição de John Maynard Keynes. Trata-se, assim, do retorno à prudência, ao crescimento lento, porém sustentável, à intervenção e à planificação do Estado, ainda que, talvez, isso já não seja suficiente. Se a crise só tivesse afetado aqueles que a provocaram, não haveria necessidade de tomar medidas para corrigir as desordens causadas à economia, mas o problema é que está afetando todos os países, todas as empresas, todos os cidadãos, ainda que seja por tabela e que estes não tenham nada a ver com a questão.

Na Universidade, ao estudar as matérias de Economia em geral, diferenciávamos três sistemas econômicos: o da planificação centralizada, próprio dos países socialistas, o capitalista e o de economia mista. Este último seria uma mis-

¹ Traduzido do espanhol por Rita Nardelli.

² Advogado e professor de Direito Comercial da Universidade de Valência (Espanha); Universidad Politécnica de Valencia (Espanha). jordi.banyo@uv.es

tura dos anteriores, com características de um e de outro, com um papel preponderante, mas não único, dos poderes públicos na economia, com a missão precisa de salvaguardar não só os interesses estratégicos do Estado, mas também os da própria economia, para evitar distorções e descalabros como o atual e outros anteriores. Ele admite a conveniência de que o Estado mantenha o domínio, o controle e até mesmo a propriedade de setores estratégicos e que tenham forte impacto no progresso social ou de setores nos quais deva exercer estreita vigilância sobre a concorrência. Evidentemente, não levava em conta a globalização atual. Juridicamente, recebeu o nome de Estado social e é assim que figura na maioria das Constituições ocidentais.

É pelo menos surpreendente que, na época em que a segurança é uma obsessão para os países mais ricos, estes não sejam capazes de vigiar e controlar sua própria riqueza, abandonando-se aos excessos mais perniciosos que terminam em catástrofe não só financeira, mas também humana.

Mas ainda é mais inconcebível que, havendo avisos sérios, como estes da *Direção Geral de Estudos* do Parlamento Europeu,³ ninguém os tenha levado em consideração:

Os observadores estimam que os contratos de produtos derivados e os estabelecimentos fortemente endividados, e mais particularmente os fundos especulativos, têm um papel particular na fragilidade dos sistemas financeiros. O capítulo 2 trata desses pontos e analisa os riscos associados aos instrumentos derivados negociados nos mercados organizados/não-organizados e o funcionamento dos fundos especulativos.

Os fundos especulativos e outros estabelecimentos fortemente endividados são os investidores institucionais caracterizados por um perfil de risco/rentabilidade elevado e que exploram geralmente as dívidas importantes. A recente ruína dos fundos LTCM e os riscos sistêmicos potenciais unidos às estratégias de investimento dos fundos especulativos deram lugar a um debate, entre as diversas autoridades nacionais e internacionais de fiscalização, sobre os procedimentos eficazes de controle das atividades dos fundos especulativos.

³ Parlamento Europeu. *Direction Générale des Études*, DOCUMENT DE TRAVAIL, Fonctionnement et contrôle des établissements financiers internationaux, Volume I, *Série affaires économiques*. ECON 118 FR. 03-2001.

As formas de regulação direta – como a obrigação de transparência e informação sobre as atividades dos fundos especulativos – e indireta – como a vigilância mais estrita dos estabelecimentos financeiros que lidam com os fundos especulativos – foram sugeridas. Nós aprovamos essa fórmula, mas pensamos igualmente que outros aspectos, notadamente o procedimento de controle e de gestão do nível de endividamento que deverá ser permitido a essas instituições, devem ser estudados. O destaque foi colocado sobre a regulação do risco de mercado, pois o número excessivo de atividades com risco desses últimos vinte anos levou a perdas significativas e à insolvência financeira do setor bancário, enquanto no passado as crises bancárias estavam vinculadas principalmente ao risco de crédito. A reação da maioria dos estabelecimentos financeiros foi a de elaborar e levar adiante as técnicas sofisticadas de medição dos riscos.

Isso quer dizer que, no ano de 2001, no Parlamento Europeu, já se trabalhava sobre essa questão, porque havia o conhecimento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivados e se vislumbrava a possibilidade de risco sistêmico.

2 Há consequências?

Claro. O temido “risco sistêmico” aconteceu, a recessão já começa a manifestar-se e as empresas estão na defensiva, observando com preocupação como será a sua evolução, ao mesmo tempo em que o emprego é destruído e os mais desfavorecidos empobrecem.

Em épocas de crise, todos se voltam para o Estado para ver o que ele faz, como põe ordem e evita males maiores. Isso seria impensável há poucos dias, diante do desprezo que o Estado recebia da maioria dos economistas atuais. O mesmo Estado, diga-se, que é a tábua de salvação para a imensa maioria dos cidadãos que veem, com preocupação, como serão afetados pela crise sem que sejam os causadores dela. Isso não é novo, já o advertia John Kenneth Galbraith, ou mesmo Joseph Stiglitz, ex-vice-presidente do Banco Mundial e prêmio Nobel de Economia.

Todos estamos acostumados a ver os cidadãos comuns, os desfavorecidos, pedindo justiça, sempre diante do poderoso – porque não nos enganemos, os ricos

e poderosos administram sua própria justiça, não necessitam de defensores. Hoje, dirigem-se ao Estado não apenas os trabalhadores, mas também esses que tanto menosprezaram e debilitaram a economia, os que provocaram a crise. E o Estado deve responder, porque é a última garantia da maioria dos homens. É paradoxal que os que tenham desgastado o Estado agora também acudam a ele para que os salve, e talvez o Estado deva fazer isso para evitar males maiores, mas não pode, nem deve perdoar as culpas aos que quase o destroçam, porque não pode destinar o dinheiro de todos para resgatar os culpados, isso os tornaria ainda mais poderosos à custa do sacrifício da imensa maioria. Mas isso parece não importar muito quando, para dar um exemplo, George Bush negou há poucos meses o gasto de quatro bilhões de dólares para garantir seguro médico aos menores de nove anos de idade de seu país e agora destina mais de 750 bilhões de dólares para salvar os culpados pela possibilidade de milhões de pessoas perderem suas poupanças e pensões e pela destruição do emprego.

Como já foi dito muitas vezes, conforme nos recorda uma das publicações mais críticas, o jornal *Le Monde Diplomatique*⁴:

[...] confirma-se uma lei do cinismo neoliberal: privatizam-se os lucros, mas socializam-se as perdas. Faz-se com que os pobres paguem as excentricidades irracionais dos banqueiros e se os ameaça, na hipótese de que se neguem a pagar, com a possibilidade de empobrecê-los ainda mais.

Vistas, assim, as coisas, cabe a pergunta que se segue:

3 É justo que a imensa maioria dos cidadãos pague pelos excessos dos poderosos?

São perguntas muito sérias que merecem respostas judiciosas. Efetivamente, não são os culpados pelo desastre, não pode recair sobre eles a salvação dos ricos, nem sobre seus escassos recursos econômicos. Não há desculpas, não serve como argumento o de que é preciso salvar o sistema financeiro porque dele depende o crédito às empresas e, por tabela, o emprego dos trabalhadores. O horizonte deve ser vislumbrado com o respeito a todas as pessoas que não são as responsáveis

⁴ O texto corresponde ao editorial de Ignacio Ramonet em *Le Monde Diplomatique*, versão espanhola, de outubro de 2008.

pelo desastre e vão sofrer as consequências. Reclamar a ajuda e a solidariedade de todos – porque não podemos esquecer que o Estado representa todos – diante do desprezo com que foram tratados pelas grandes corporações financeiras é um exercício de cinismo despótico e indigno.

É certo que, se os bancos e instituições financeiras quebrarem, isso provocará um grande caos que será pago pelos mais vulneráveis. De acordo, salvemos então o sistema de capitalismo de cassino mas, apenas momentaneamente, enquanto mudamos o modelo, façamos com que os que provocaram a crise paguem o preço devido.

Ao que parece, no entanto, não haverá sanções aos culpados pela crise, exceto tentativas pusilânimes de limitar as gratificações dos dirigentes financeiros e as desavergonhadas indenizações e blindagens (cláusula constante de contrato trabalhista que garante uma indenização muito superior à normal em caso de rescisão antecipada de tal contrato) em caso de demissão. O poder político tem-se mostrado muito tíbio diante dos desmandos das grandes instituições financeiras, e isso pode significar que o poder real cabe à economia, não à política e recompensa os negócios, não os cidadãos. Produziu-se uma transferência de poder que não consta em nenhuma Constituição nem em tratado internacional.

4 Perderão seus empregos por uma crise que não provocaram?

Nos últimos trinta anos do século XX, houve uma grande debilitação dos movimentos sociais, especialmente dos sindicais, que pode explicar a pequena mobilização social contra os desmandos registrados do capitalismo agressivo.

A coincidência – se é que se pode chamar isso de coincidência, porque houve, realmente, a busca da debilitação dos movimentos sociais e sindicais – é que os grupos sociais atualmente são bastante inconsistentes e dispersos, e isso explica a reação débil e vacilante das organizações sociais, incluídos aí os sindicatos e partidos de esquerda europeus. À medida que esses movimentos se fortaleçam, as instituições financeiras ineptas estarão condenadas a desaparecer ou a transformar-se profundamente. Se os movimentos sociais não fossem tão débeis atualmente, seria possível a aparição de novas revoluções, e basta recordar que nem todas são pacíficas, inclusive o presidente francês Sarkozy aludiu a isso.

Mas, diferentemente dos movimentos sociais, a economia é muito dinâmica e rápida, sempre disposta a aproveitar o mínimo resquício para obter vantagens. Já a política é mais estática e previsível, tudo no interesse de preservar a mal compreendida “paz social”. Disso resultam as razoáveis dúvidas sobre a resposta que o Estado e as instituições políticas possam dar à catástrofe do economicismo implacável, o fundamentalismo do livre mercado, como o definiu Stiglitz, que preside a vida dos países. Se a política abriu mão do poder, mas se ainda lhe resta algo da *autoritas* de que falavam os romanos, há de reagir com celeridade e recuperar o poder e o sentido de Estado, porque o abandono do poder sempre é aparente: assim que alguém o abandona, é rapidamente substituído. Efetivamente, com o imenso poder acumulado pelas grandes corporações financeiras, haverá que se esperar para ver como impor limites aos negócios fáceis e recuperar o direito dos cidadãos a um trabalho, a um sustento e a uma moradia dignos – afinal, os trabalhadores são uma parte essencial de qualquer empresa e os destinatários e consumidores de todos os produtos, mas essencialmente, são a base de qualquer Estado, porque não existe nenhum Estado sem cidadãos.

5 Em época de crise econômica tão grave como a atual, acentuam-se o individualismo e o salve-se quem puder? Acentuam-se a solidariedade e a cooperação entre as pessoas?

Tudo parece indicar que existe uma tendência em direção ao individualismo, ao salve-se quem puder, com os escassos recursos individuais que há, sem pensar que uma colaboração entre pessoas, entre essas e os diferentes grupos sociais, teria muito mais força para corrigir a situação. Esse individualismo é um conceito equivocado, propiciado precisamente pelos mesmos que fortaleceram o capitalismo selvagem introduzido na cultura social dos últimos decênios.

Parece uma questão menor, mas não é. A economia dos últimos cinquenta anos baseou-se, em grande medida, no êxito individual, na contraposição entre a pessoa bem-sucedida e o fracassado. Para citar um exemplo, nada melhor do que o esporte coletivo. Com um jogador muito bom, mas individualista, raramente a equipe ganha uma partida. Já uma equipe bem coordenada, responsável e comprometida com o jogo coletivo é garantia de vitórias. Abandonou-se a cultura da cooperação entre as pessoas e os povos, apesar de ser certo que há uma tendência

voluntariosa, é preciso destacar, em direção à solidariedade. Tal tendência traduziu-se na proliferação de organizações não-governamentais que tentam substituir o Estado em funções que deveriam ser exercidas por ele. De todo modo, é preciso concordar em um ponto: o bem-estar social não é um problema de solidariedade, mas de justiça social.

São surpreendentes as mensagens contraditórias que estão sendo lançadas por alguns partidos de direita, sobretudo se estão na oposição, tanto na Espanha como em outros países, pois por um lado mostram seu apoio às medidas para salvar o sistema financeiro e também o modelo capitalista; mas, por outro, pedem que a regulação dos mercados fique como está. Ao mesmo tempo, criticam o fato de que as medidas não se dirigem aos cidadãos e, por outro lado, reivindicam demissões mais baratas e flexibilização da economia, que implicam em mais insegurança para os trabalhadores e para a imensa maioria dos que sofrerão as consequências da crise, sem terem culpa alguma por ela. É simplesmente o cinismo dos negócios.

6 Qual é o valor global da economia produtiva?

Incluamos literalmente todo o mundo, porque é uma crise global, globalizada. Trinta trilhões de euros? Já temos uma cifra, não importa que seja somente uma estimativa, nem que se aproxime da realidade ou não. Já teremos essas respostas; para isso existem especialistas e estatísticas. A cifra só tem importância por sua comparação com a economia puramente financeira ou não-produtiva.

7 Qual é o valor global da economia financeira ou não-produtiva?

De acordo com o editorial de outubro do *Le Monde Diplomatique*, o setor financeiro chegou a representar mais de 250 trilhões de euros, ou seis vezes o montante da riqueza real mundial. E, de repente, essa gigantesca “bolha” estourou. Queremos saber o valor da especulação, da economia que não está diretamente ligada à economia produtiva, porque essa é a causadora da crise. De acordo com as informações publicadas, supõe-se que sejam esses 250 trilhões de euros. Dito de outra maneira, o valor da economia especulativa, irreal, é seis vezes superior ao da real. E é irreal, especulativa, porque só se baseia em mecanismos e artifícios contá-

beis que não se sustentam em uma produção de bens ou serviços para o mercado, não trazem nada, e não contribuem realmente com a economia, porque instrumentos idealizados para evitar a rigidez do sistema puro de troca de produção por dinheiro foram convertidos no eixo e no núcleo do sistema econômico, adquiriram uma dimensão e uma importância que jamais deveriam ter. Não importa tanto, aqui, a exatidão das cifras, mas o peso real na economia produtiva, quer dizer, a proporção que representa. Também se deveria saber, se é que se considera necessária essa economia especulativa, em que proporções ela deveria mover-se em relação à economia real para que não a distorcesse.

Nunca houve melhor definição: trata-se de um capitalismo de cassino. Com essa realidade tão paradoxal, é evidente que essa exasperação dos mecanismos financeiros não tem um respaldo de bens ou serviços reais que justifiquem seu êxito, por isso a queda foi estrondosa.

8 Pode-se exigir responsabilidades?

Ninguém entenderá que elas não existam por detrás do arruinamento do sistema, tanto dos líderes financeiros como dos responsáveis políticos e monetários das instituições internacionais e governos.

Melhor do que utilizar as nossas palavras é recorrer a quem tem maior autoridade moral; neste caso, José Saramago:⁵

O que está acontecendo é, em todos os aspectos, um crime contra a humanidade e a partir dessa perspectiva é que deve ser objeto de análise, seja nos foros públicos ou nas consciências. Não exagero. Crimes contra a humanidade não são só os genocídios, os etnocídios, os campos de morte, as torturas, os assassinatos seletivos, as fomes deliberadamente provocadas, as contaminações em massa, as humilhações como método repressivo da identidade das vítimas. Crime contra a humanidade é o que os poderes financeiros e econômicos dos Estados Unidos, com a cumplicidade efetiva ou tácita de seu governo, friamente perpetraram contra milhões de pessoas em todo o mundo, ameaçadas de perder o dinheiro que lhes resta depois de,

⁵ Prêmio Nobel de Literatura, em artigo de 17 de outubro de 2008 do Diário Público, intitulado “Crimen (financiero) contra la humanidad”.

em muitíssimos casos (não duvido de que sejam milhões), ter perdido sua única e quantas vezes escassa fonte de rendimento, isto é, seu trabalho.

Os criminosos são conhecidos, têm nome e sobrenomes, deslocam-se em limusines quando vão jogar golfe, e tão seguros estão de si mesmos que nem sequer pensam em esconder-se. São fáceis de surpreender. Quem se atreve a levar esta gangue diante dos tribunais? Todos ficaríamos agradecidos. Seria um sinal de que nem tudo está perdido para as pessoas honestas.

Tecnicamente, alguns alegarão que a falta de punição tem a ver com a falta de tipificação das condutas daqueles que controlam as corporações financeiras, com a conseqüente impossibilidade de se sancionar o que previamente não constitui infração, porque o que se produziu corresponde ao risco inerente aos negócios. Talvez este seja um argumento, mas também é certo que em todas as legislações existe a figura do abuso do direito, a má-fé, ou a falta de *fair play*. Isso supõe, na pior das hipóteses, que se pode exigir no mínimo a reparação do dano causado. A isso não é alheio o positivismo exagerado das legislações, com o esquecimento desses princípios jurídicos e humanos que orientam e dão suporte às leis e que evitam a utilização do Direito em benefício próprio e sua distorção. E estamos falando de mínimos, de responsabilidade de poucas pessoas, porque os instrumentos financeiros que causaram o fracasso do capitalismo exagerado são muito sofisticados, não estão ao alcance de qualquer um, e nem a imensa maioria da população investe neles. A consequência que se extrai é que aqueles que participaram de tais mercados financeiros, que lucraram com os mesmos, não são alheios a seu fracasso, porque existe uma culpa *in eligendo* ao se arriscar muito além do que é prudente, mas também *in vigilando* por parte dos reguladores do mercado e das autoridades, não é necessário nem objetivar a culpa. Inevitavelmente, isso leva à exigência, no mínimo, da responsabilidade e da obrigação de devolver e indenizar os danos causados, porque não é possível que um terremoto econômico de semelhante magnitude não tenha responsáveis identificados.

Se não for assim, os Estados e organizações internacionais, leia-se: Bancos Centrais, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Comissão Europeia, Organização Mundial do Comércio etc., perderam o poder, já não têm poder porque o deixaram em mãos daqueles aos quais deveriam regular e fiscalizar. Ou

reagem rapidamente ou deixam de ter sentido, porque os organismos ineficazes e inúteis são muito caros – para usar termos próprios dos economicistas – e veremos quanto tempo os cidadãos levarão para deixar de seguir suas diretrizes. Consequentemente, cabeças hão de rolar, porque não é possível que se mantenham em seus cargos aqueles que tinham o dever de regular e também de fiscalizar. É certo que alguns já não estão em seus lugares, mas os que se mantêm terão de ser purgados, não são alheios ao que houve e basta ver a responsabilidade que cabe ao Fundo Monetário Internacional e a outras instituições nacionais e internacionais e o pouco que fizeram para evitar a ruína de muitos e o seu próprio descrédito. E, por último, recordar que a ausência de responsabilização é um incentivo para que se produzam novas crises, conscientes ou não, porque premia as posições de risco e especulação em vez de corrigi-las.

9 Há soluções?

Proliferam na imprensa as reflexões e análises sobre esta crise, mas escasseiam os que se atrevem a lançar propostas concretas de solução. As grandes palavras, os discursos grandiloquentes multiplicam-se, e as promessas... quem se atreve a prometer a solução eficaz entre tantas palavras? As varinhas mágicas continuam sem existir.

Começam a celebrar-se reuniões, ordinárias ou extraordinárias, de muitos organismos. Na metade de novembro de 2008, foi realizada uma reunião de cúpula do “G-20”, os países mais industrializados mais alguns emergentes, com o propósito de refundar o capitalismo e buscar soluções para a crise, ainda que não se fale de soluções concretas e específicas.

O que se pode esperar dessas reuniões de cúpula? E, especialmente, o que podem esperar os demais países, todos os que não estão presentes? Talvez nada de bom, porque esses países não são escutados nem está previsto que isso acontecerá, ainda que eles tenham muito que dizer. São os países ricos e causadores do desastre os que buscam as soluções. Por isso, não é de se esperar que chegue muita coisa aos pobres, porque até agora não lhes coube muita coisa, em ocasiões nem as migalhas. Basta recordar que as grandes conquistas, desde a Antiguidade até hoje, ainda que disfarçadas com mil pretextos, sempre tiveram um fundamento

econômico: um aumento da riqueza e poder do conquistador, naturalmente... à custa dos conquistados! Com mil pretextos, como o de levar a civilização, levaram suas riquezas, destruíram seus povos e cultura, quiçá tecnologicamente inferiores, mas não necessariamente em pior situação humana. Portanto, o que mais se pode esperar de uma reunião de ricos? A resposta é evidente.

1 - *Há soluções globais?* A globalização estendeu suas redes. Ela fez com que o contágio da crise fosse rápido. Surpreendentemente, ou talvez nem tanto, os menos afetados do momento são os países emergentes, Índia, China, Brasil, Argentina... etc., ainda que a crise também os atinja. Mas voltemos à questão: Para crises globais, há soluções globais? Deveria havê-las, como adverte Stiglitz, mas é pouco provável, e, caso sejam prescritas, é pouco factível que mude algo para os países mais pobres, ainda que seja somente porque são residuais no modelo de economia de mercado em que vivemos, o que quer dizer que não compensa o esforço econômico de tirar-lhes da pobreza, ou não é rentável para os países ricos, que veriam ameaçados seus próprios lucros. Provavelmente ficarão como estavam ou, talvez, um pouco pior. Joseph Stiglitz, em *O mal-estar da globalização* e em outros escritos, advertia para os efeitos miseráveis de uma globalização sem futuro nem igualdade de condições, atacando duramente o FMI. Anos depois, publicaria *Como fazer com que a globalização funcione*, onde aponta algumas respostas. Do horizonte do modelo egoísta e competitivo da economia moderna não cabe esperar ajuda; provavelmente serão abandonados à sua própria sorte e, dessa vez, pode ser um acerto que se esqueçam de alguns, porque podem desenvolver seus próprios programas e políticas sem demasiadas interferências, sem chamar a atenção, ainda que seja somente porque os países onde a crise fez estragos e avarias sérias estarão demasiadamente ocupados, buscando como sair da crise e como evitar que a sociedade exija a mudança de modelo econômico e que haja uma revolta social que tire de circulação uma classe política que fracassou.

O presidente francês Sarkozy fala em “refundar o capitalismo”, mas isso não é a solução, só um paliativo. Já houve demasiadas refundações, entre elas os “Acordos de Bretton Woods”, depois do *crack* de 1929, e próximo ao final da Segunda Guerra Mundial (New Hampshire, 1 a 22 de julho de 1944), origem da Organização Mundial do Comércio (WTO em sua sigla em inglês), depois a Rodada Uruguai, ou a interminável atual Rodada Doha, que não evitaram sucessivas crises,

embora tenham propiciado uma das épocas de maior crescimento econômico. É hora de perguntar-se seriamente se o capitalismo tem futuro. Muitos dirão que sim, mas com ajustes, outros que não. O certo é que o capitalismo é um modelo econômico que não resolve os problemas da humanidade, porque conferiu maior importância à economia que às pessoas, quer dizer, dá maior importância à ferramenta do que ao homem. Chega a hora inexorável de estabelecer as prioridades e de pôr a economia a serviço desta prioridade: o ser humano.

As autoridades públicas, os organismos e instituições internacionais não de ter gravadas claramente essas prioridades. Não é aceitável que os Bancos Centrais, o Fundo Monetário Internacional, a OMC etc. tomem, como tomaram, medidas que prejudiquem a maioria dos cidadãos em benefícios de poucos, quando não são claramente equivocadas inclusive para os próprios Estados. Fala-se de se criar um grande regulador mundial, ou de fortalecer e dotar de novas atribuições o FMI, mas poucos assumem sua própria responsabilidade no fracasso, nem se fala de evitar os paraísos fiscais que foram fundamentais para manter a obscuridade de muitos fundos especulativos, nem da limitação da alavancagem com que operam os sofisticados produtos financeiros atuais. Em resumo: pouco se sabe da regulação que se aplicará aos produtos financeiros atuais e aos que se inventem no futuro, seus estritos controles, quais as autoridades e quais faculdades elas terão para evitar outras crises, sua capacidade para punir ou para evitar que os responsáveis se diluam e desapareçam nos paraísos fiscais. Muitas incógnitas sem resolver e pouca vontade política para tal. A dotação de maiores poderes aos reguladores internacionais, os existentes e os que se criem *ad hoc*, esbarrarão muito provavelmente com a negativa dos bancos centrais e dos reguladores nacionais em ceder parte de sua soberania, principalmente dos países maiores.

Não seria absurdo instaurar a chamada “Taxa Tobin”,⁶ que pretendia gravar com impostos as transações meramente financeiras. Seria um modo de fazer pagar a quem mais tem, a quem maneja os recursos econômicos, buscando a rentabilidade sem uma produção de bens ou serviços por detrás, ainda que se fale eufemisticamente de serviços financeiros. O destino do que fosse arrecadado com a “Taxa Tobin” deveria ser, como se insinuou a seu tempo, terminar com a pobreza, as desigualdades e a marginalização social.

⁶ A Taxa Tobin recebeu esse nome precisamente do economista que a formulou.

Em resumo: as soluções passam obrigatoriamente pela criação de um novo modelo social, onde a economia seja secundária, pois esse modelo há de escolher o homem como princípio inviolável, a humanidade como centro de suas ações, sendo a economia simplesmente um meio para garantir o progresso humano, o desterro da fome, a igualdade nos campos da educação, da saúde e do meio ambiente. Não ignoramos os perigos, porque o individualismo egoísta e ambicioso forma parte da cultura humana e, porque continua existindo um poder difuso, mas real, das grandes corporações, capazes e hábeis em comprar vontades e destruir, corromper e arrasar os movimentos sociais organizados em torno do respeito aos direitos humanos, ou, o que é pior, capazes de desestabilizar e comprar governos e vontades políticas.

2 - *As soluções em curto prazo* – Não existem varinhas mágicas e as soluções consistem em corrigir o sistema financeiro, mas, como fazemos com as doenças, alguns remédios apenas aliviam os sintomas. Corrigimos o sistema, porque detrás dessa desgraça há milhões de pessoas inocentes, que são a maioria, que não são culpadas, mas não podemos salvar o modelo porque salvaríamos os culpados. É preciso mudar o modelo, condenar para sempre o capitalismo selvagem, porque este já maltratou demais muitas pessoas, porque já foi indultado em demasiadas crises, porque é um capitalismo de cassino que não é viável, nem justo, nem eficaz, porque desprezou o homem. Devemos condenar à morte uma ideia equivocada, mas devemos comutar a pena de morte pela de cadeia perpétua aos responsáveis humanos do desastre, confiscar todos os seus bens, que serão destinados a políticas de emprego, educação, saúde, cultura etc. Muita utopia, mas deveria ser a realidade imediata.

Alguns analistas comentam que desconhecem a profundidade da crise, pela alavancagem financeira existente e a multiplicidade de relações cruzadas. No momento, o Banco da Inglaterra faz um cálculo de 2,2 trilhões de euros, mais que o Produto Interno Bruto de 80% dos países. Fundos, fundos de fundos, *warrants*, futuros e opções, *hedge funds* etc. estão todos relacionados entre si e a queda dos mesmos, a desconfiança que geraram dentro do próprio sistema financeiro trasladou-se com bastante celeridade ao sistema produtivo, derivando daí a falta de crédito que impede o progresso normal das empresas.

O retraimento do consumo já está acontecendo, as empresas começam a demitir seus trabalhadores que, por sua vez, deixam de pagar seus empréstimos e hipotecas... É uma espiral da qual dificilmente pode-se ver o final, apesar das injeções de dinheiro público e das medidas tomadas pelos governos. A revolução conservadora de Thatcher e Reagan, segundo a qual o Estado era o problema e não a solução, foi para os ares, já que são os Estados os que hão de assumir a tarefa de evitar o colapso das instituições financeiras para que não se produza uma crise social de dimensões incalculáveis. Ainda não está claro se o dinheiro das ajudas estatais chegará rapidamente às empresas, e mais obscuro ainda está se evitará uma recessão no emprego.

A prudência aconselha não deixar cair de uma vez o modelo econômico, porque o risco de arruinamento generalizado é altíssimo, e o mais provável é que se produzisse um colapso da economia produtiva, com milhões de desempregados condenados à miséria e, por antecedentes históricos, sabemos que esse seria o terreno propício para o surgimento de “salvadores da Pátria” – a experiência de um Hitler já é suficiente.

3 - *As soluções em longo prazo* – são as efetivas, as necessárias e fundamentam-se por si mesmas, porque não é a primeira vez que essas crises ocorrem e por isso os economistas referem-se a elas como cíclicas. A tentativa de terminar com os ciclos e com o sofrimento que eles originam para a imensa maioria das pessoas, todas as que não desfrutam do cômodo colchão da riqueza, torna necessária e imprescindível a mudança de modelo. O capitalismo, a economia de mercado ou qualquer outro eufemismo que utilizemos para nos referimos ao modelo atual tem de mudar por várias razões. Para começar, a economia moderna baseia-se na maximização do lucro e no aproveitamento das oportunidades de negócio, prescinde da ideia de estar a serviço da humanidade, considerando o homem simplesmente como um elemento da produção e um cliente. Além disso, o progresso a que aludem seus defensores é somente um progresso material, dirigido ao consumo de bens e serviços, mas de escassa ou nula contribuição ao crescimento humano. Para terminar, prescinde também de valores essenciais que se supõem inerentes ao homem, ainda que sejam uma aquisição cultural. Se a solidariedade e a consciência de cooperação na sociedade são valores residuais, quer dizer, não são o norte, os princípios e o eixo dos Estados e organismos internacionais, isso significa que os

Estados não cumprem sua função como organismos encarregados de reger a sociedade, porque a imensa maioria dos cidadãos que não desfrutam do privilégio que uns poucos têm está desprotegida ou insuficientemente representada nos mecanismos de poder. Simplesmente na economia, o capitalismo não é uma ideologia, nem sequer o preocupa o bem-estar material da maioria.

Dito de outro modo, os poderes públicos com os quais se dotam os Estados e os organismos supranacionais estão a serviço da proteção de meia-dúzia de privilegiados, tendo perdido o próprio sentido que justifica sua existência: *a justiça social*.

Nesses momentos, a solidariedade e a cooperação são valores que se aplicam às situações nas quais o Estado não chega, mas não são os valores reais do Estado e das instituições. As iniciativas das ONGs baseadas nos princípios citados servem para retificar os erros de conceito dos Estados, porque colocam remendos onde a justiça social, como valor essencial dos Estados, não existe ou é insuficiente. Muitas das situações atendidas pelos mecanismos solidários o são por abandono das funções estatais, e nas infinitas ocasiões em que atuam o fazem por falta de justiça social, que é um dos fins últimos e verdadeiros da existência dos Estados, porque ao Estado não se pede caridade, mas sim justiça social.

Dissemos que o perigo da recessão é evidente, já está aí; basta ver o comportamento dos mercados financeiros e o refúgio em valores tradicionais, ouro, bônus, letras etc. Isso se traduz em menor investimento e em menor consumo, e o resultado é menor crescimento e menos emprego, ou mais pobreza, mais dificuldades para os que não têm outro colchão além de seu trabalho.

A economia como gestão de recursos escassos ou limitados ao serviço do homem, isso é a economia, o resto são invenções e distorções da realidade. Aristóteles já advertia que “o poder do pai de família se chama economia e tem por objetivo os interesses dos administrados” e dizia também que sem igualdade não há democracia. A economia deve preocupar-se com o intercâmbio de bens e serviços, de repartir as cargas de trabalho entre todos, mas os benefícios também, de modo que não fiquem a expensas de especuladores. Uma futura recuperação da produção e dos investimentos que não leve em consideração a maioria dos cidadãos, é perversa e merece repúdio, porque solucio-

na o problema de alguns poucos, mas não da maioria, que não tem meios de defender-se diante da fome e da miséria que não provocou. As políticas sociais, mais do que nunca, são necessárias, mas enquanto o modelo econômico não mudar, não é prudente dar dinheiro àqueles que provocaram o caos e o medo em troca de nada, seguindo suas próprias razões, porque não é produtivo. Os Estados devem aproveitar para lançar programas de criação de emprego, ainda que tenham que se converter em empresários, devem ocupar o lugar que é deixado vago pelas empresas, tanto as produtivas quanto as financeiras, hão de converter-se em investidores e empresários, ainda que a ortodoxia econômica dominante considere esse papel como uma heresia, mas se não o fizerem, que alguém explique como se pode tirar da miséria a maioria dos cidadãos que vão perdendo seus poucos recursos.

10 Há dirigentes capazes de solucionar a crise?

Pode haver, deveria haver, e em abundância, se a cultura social não estivesse manipulada pela doutrina do sucesso econômico imediato. É o desejável, o problema é saber se os que estão neste momento à frente dos Estados e governos têm estatura suficiente. A formação cultural e humana deve ser exigida de todos os cidadãos, e aqueles que queiram dar um passo à frente para dirigir a vida dos cidadãos hão de ser educados na responsabilidade, nos valores humanos, e os Estados hão de proporcionar essa educação a qualquer um que a requeira, porque não há um grupo de elite pré-determinado para converter-se em líder político, essa função pode ser atingida por qualquer cidadão. De um dirigente político, espera-se que seja um gestor eficaz, ou ao menos que saiba rodear-se de gestores competentes, mas se pede ainda algo mais: pede-se estatura intelectual e cultural, não podemos tolerar políticos medíocres intelectualmente, nem vis, nem profetas, mas sim homens e mulheres sensatos e razoáveis, com uma compreensão da vida e da humanidade, comprometidos com o futuro e as esperanças postos na melhoria das sociedades, no respeito e no desenvolvimento dos direitos humanos. Tudo o mais é inservível, obsoleto. Se essas metas não são olhadas com sinceridade e prudência... não necessitamos dos políticos! Não cabem desculpas, porque se não é esse seu horizonte, quais são suas metas e seus objetivos?

Com a recente eleição do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, todo o mundo está na expectativa de que algo mude. As coisas, entretanto, não mudam da noite para o dia, ainda que algo, sim, tenha se transformado, pois a sociedade estadunidense foi capaz de eleger como presidente uma pessoa negra, algo impensável há somente quinze ou vinte anos. Além disso, o mundo espera que a política externa unilateral praticada pelo governo anterior passe a ser multilateral, que se tenha em conta a opinião do resto dos países, que não se pratique a política de fatos consumados de Bush, com as consequências nefastas que foram vistas. E, falando de expectativa, ainda se está por ver o que Obama pode fazer e o que o deixam fazer, porque há muitos problemas graves, muitas frentes internas e externas e muitos interesses em jogo para seu país.

Não é hora dos belos discursos, nem das investidas contra os adversários políticos, nem dos que governam, nem dos que estão na oposição, porque essas políticas de “saia você, que eu entro” são estéreis e desprezam o sentido comum da política, são puro despotismo ilustrado ao qual importa mais conseguir o poder a qualquer preço que governar para todos. Lamentavelmente, é uma classe política corrompida, vale a pena tirá-la do poder, ainda que se sustente com a imprensa sensacionalista e outros meios de comunicação a seu serviço.

O problema dos meios de comunicação é um autêntico obstáculo porque, como dizia Goebbels, “uma mentira repetida cem vezes converte-se em verdade” e isso o praticam muito os dirigentes de toda classe, servindo-se para tanto da imprensa escrita e da televisão. No interesse da liberdade de expressão, que deve existir e seguir florescendo, foram permitidos os libelos, as mentiras e as meias-verdades a serviço de interesses infames e indignos. Enfim, da classe dirigente que tenha um país e da manipulação de seus meios de comunicação depende como anda esse país e se são muito poderosos, também, outros países.

11 Há medidas concretas que possam ser tomadas?

Naturalmente, desde começar por algo tão simples como considerar que *a economia é a gestão de recursos escassos sempre a serviço do homem*, e deixar de lado de uma vez a exagerada e supérflua importância que se lhe outorga, até começar a planificar um modelo de sociedade, de convivência no qual se solucionem os

problemas cotidianos de acesso à alimentação, à moradia, à educação, à saúde etc. para todos, sem privilégios. Isso é possível de ser feito. Basta ver que, recentemente, precisamente a FAO⁷ alertou sobre o fato de que, com a destinação de trinta e cinco bilhões de euros, poderia ser erradicada a fome, quando até o momento já foram destinados mais de dois trilhões de euros, somente entre os Estados Unidos e a União Europeia, para salvar o sistema financeiro, aos culpados pelo desastre, os quais, certamente, não vimos nem pedir perdão nem colocar seus bens à disposição do sistema que corromperam e fizeram estourar. Também não vimos os Estados exigindo responsabilidades. Isso é demagogia? Demagogia é investir 2,2 trilhões de euros no resgate das instituições financeiras e não ter destinado uma ínfima quantia para evitar a fome da humanidade, em que pese a utilização de mil argumentos para salvar meia-dúzia de especuladores e justificar que não há dinheiro para evitar a fome. É demagogia que o atual governo de Honduras destine uma parte de seu orçamento para alimentar gratuitamente as crianças que vão à escola? As famílias hondurenhas deixam de ter a preocupação de buscar com que alimentar seus filhos, ao mesmo tempo em que podem melhorar a educação deles e suas perspectivas de futuro. Isso é eficaz e, em longo prazo, produtivo. O que já foi dito: ou se resolve a contradição ou o Estado não serve para nada. Essa última hipótese, e isso é gravíssimo, faz com que o modelo tenha de considerá-lo morto, acabado definitivamente, porque não serve ao homem, ou somente serve a uma meia-dúzia que o fabricou, mas não à humanidade. Sinceramente, a humanidade poderia excluí-los de si mesma sem grandes perdas.

Não importa que se parta do zero, *importa que se parta da realidade*. Assim, os Estados mais pobres, sobretudo, têm que abandonar a ideia de basear-se em um modelo capitalista no qual somente são presas fáceis para sucumbir ou expirar lentamente. A realidade parte de supostos de fatos incontestáveis, a existência de uma sociedade, de um território e de uns recursos mais ou menos escassos – baseando-se apenas nisso, hão de começar a caminhar. Primeiro têm que gerar recursos para todos os seus cidadãos com o que tenham, tendo presente que o esforço coletivo sempre é superior ao esforço individual, tratando de eliminar as diferenças sociais e as exclusões e, se são capazes de gerar excedentes,

⁷ Segundo a FAO e diversos informes como o Informe del 34.º período de sesiones del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial, Roma, 14-17 de octubre de 2008.

poderão trocá-los com outros Estados ou sociedades por aqueles bens ou recursos de que necessitem, sempre em condições de justiça e igualdade que podem e devem exigir. Que não esperem solidariedade, porque já está demonstrado que entre Estados não existe, basta ver a dívida externa impagável que acumularam quando seus cidadãos careciam de tudo, ou quando tiveram sugados seus recursos naturais por outros países e, em demasiadas ocasiões, se viram envolvidos em guerras alheias por culpa desses recursos.

Descer ao detalhe das medidas concretas exige ter presentes os pressupostos de fato assinalados anteriormente: *a existência de uma sociedade, de um território e de recursos mais ou menos escassos*. Dentro dessa realidade, parte-se da complexidade de uma sociedade já presente, com sua cultura, suas tradições e educação em seu mais amplo sentido. Se a sociedade não tem tradição de participação, nem é consciente de seu egoísmo, ou de sua falta de cooperação, será necessário educá-la nessa cooperação, gerar confiança na educação, potencializar esses valores na escola e no trabalho; e para gerar confiança, é imprescindível impor a responsabilidade, a dívida social de todos e para todos e o reconhecimento de todos de que os dirigentes são trabalhadores para a sociedade, não para o lucro ou para reconhecimento próprio. Sem educação, sem compromisso com a responsabilidade, é impossível iniciar algum projeto comum viável, porque à cooperação cidadã faltaria o pilar essencial no qual se assenta o Estado ou qualquer comunidade; simplesmente seria um grupo mais ou menos estável, com maior ou menor proximidade individual, ainda que somente pela inércia social que existe, ou porque não conhece outra forma de conviver.

Já se disse: não há varinhas mágicas nem receitas milagrosas que resolvam os problemas da noite para o dia. Modificar hábitos, costumes e modelos leva tempo, esse tempo do qual necessitam os desesperados que perderam seus empregos. Por isso, junto com as medidas de caráter provisório de ajuda direta aos menos favorecidos, é preciso planejar cuidadosamente, mas sem pausas, o caminho para o futuro, favorecendo sempre as políticas de cooperação e responsabilidade, tanto na tomada de decisões como no seu cumprimento. A educação social e política há de ser permanente, há de exercitar-se continuamente. Isso leva tempo, mas é a garantia de futuro.

Nos anos 60, a Comissão de Economia para América Latina - Cepal (Cf. LONDOÑO, 2002)⁸ das Nações Unidas, dava alguns conselhos aos países da região, válidos também hoje em dia, para que deixassem de ser dependentes da importação de bens e serviços por conta das exportações de matérias-primas e passassem a gerar uma base industrial que pudesse criar valor agregado e substituir as importações por produção própria no que fosse possível. Com esse modelo de substituição de importações, criou-se um pequeno complexo industrial em alguns países como Argentina, Chile e Colômbia.

No terreno econômico, é necessário tomar medidas urgentes e eficazes em favor dos mais vulneráveis economicamente. Juntamente com as medidas de salvação do sistema financeiro, já deveriam ter sido tomadas e desenvolvidas medidas em favor de todos aqueles que perdem seus empregos, de maneira que isso não suponha a perda de suas casas, ou bens, ou a renúncia a valores básicos como a saúde ou a educação. Sempre há carências em qualquer Estado, pois é hora de suprir essas deficiências com a criação de emprego, por exemplo, repovoando terrenos desertificados ou transformando em áreas de cultivo terras improdutivas, ou construindo casas populares. Pode-se fazer de mil modos; e se é necessário o Estado converter-se em empresário, não pode esperar que a iniciativa privada se recupere do fiasco financeiro, porque muitos dos cidadãos não podem esperar, simplesmente podem morrer de fome ou perder o pouco que têm.

Há poucos dias, o presidente Rodríguez Zapatero falava de não incorrer no protecionismo, o que seria correto se todos os países estivessem em igualdade de condições, mas isso não existe. Basta lembrar as recentes crises dos produtos alimentícios básicos, como arroz, feijão etc., que se justificaram de mil modos. Nos últimos anos, tem havido uma política, por parte dos organismos internacionais também, pois não é alheia à OMC, de abandono de cultivos em determinadas zonas, criando-se o paradoxo da escassez e fome fictícias, porque os produtos existiam, mas a preços exorbitantes por culpa da especulação. Abandonaram-se cultivos em algumas zonas devido à existência de pressões, mas sem que houvesse uma alternativa clara a esse abandono; subvencionam-se e se protege a agricultura dos países ricos e eles acabam vendendo seus exce-

⁸ Juan Luis Londoño é Ministro do Trabalho e Ministro da Saúde da Colômbia.

dentos aos países pobres, aos quais se impõem tarifas que seus Estados não podem subvencionar. Algumas batalhas foram ganhas, por exemplo, a do Brasil frente aos USA em 2004, quando a OMC determinou que os subsídios norte-americanos à sua produção de algodão eram ilegais, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Simplesmente é um exemplo atroz de protecionismo encoberto, mas sem pudor, que se pratica. É hora de que algo mude e, enquanto as relações internacionais não forem verdadeiramente igualitárias, pela existência do *dumping* social, financeiro, tributário etc., é utópico falar-se de comércio internacional justo. Os Estados, sobretudo os menores e frágeis, devem cuidar de suas economias de escala, de modo que possam garantir a subsistência digna a seus cidadãos, e também evitar as monoculturas que são demasiado sensíveis aos vaivéns financeiros e especulativos – aí está o exemplo do Equador, quando as multinacionais da banana quebraram.

Mas também é hora de tomar decisões inadiáveis. É absurdo, por exemplo, que algum ex-dirigente espanhol diga que, diante da crise, é preciso adiar a luta contra as mudanças climáticas, duvidando inclusive de sua existência, quando o prudente – e uma medida acertada, porque supõe criação de emprego – é precisamente o contrário: já que há de mudar o modelo econômico, há que se incentivar empresas e tecnologias limpas que respeitem o meio ambiente, subvencionando, se for necessário, amplos programas de pesquisa e desenvolvimento sustentável. No final das contas, não temos outro mundo, mas é possível fazê-lo mais limpo, mais habitável.

Por outro lado, o incentivo a determinados modelos de empresa e de emprego para suprir as deficiências presentes contém o risco da existência de empresas especializadas em fazer negócios à custa do Estado. Impõe-se a diversificação das empresas, tanto das existentes quanto das que sejam criadas para isso, e deve-se proporcionar em grande medida a criação de cooperativas ou empresas sociais que executem essas políticas de emprego de modo que, se são capazes de gerar riqueza, alcancem o máximo possível dos cidadãos. Dado que um projeto empresarial não nasce da noite para o dia, nem há conhecimentos suficientes para se levar adiante a iniciativa, deve-se formar os cidadãos nas técnicas básicas e suficientes para gerir corretamente essa iniciativa, seja ela agrícola ou industrial, e potencializar o estudo de novos projetos que possam

transformar-se, com poucos recursos, em realidades. Não se deve esquecer que o papel fundamental do Estado é afirmar a justiça social. Para isso, é obrigatório centrar-se nos três pilares irrenunciáveis para todo governo: garantir o sustento, a educação e a saúde de seus cidadãos.

E uma questão básica, já repetida e muito importante: parte-se da existência de uns governos, de uns cidadãos e de uma cultura predeterminada. Isso vem a propósito da existência de políticos e governos corruptos que podem comprar vontades e distorcer as mais nobres intenções. Lástima! É o câncer que é preciso extirpar e, provavelmente, em muitos lugares não se possa fazê-lo. Sejamos realistas: não se conhece um pobre que compre um rico, mas estamos fartos de ver caciques que ameaçam, mentem, compram etc. Isso é motivo para preocupação, porque continuarão existindo e lamentavelmente serão apoiados, inclusive, por outros países poderosos para que se mantenham à frente de seus países. Há muitos exemplos recentes disso. Para derrotar a corrupção e o despotismo, é preciso muita inteligência para resistir a seus cantos de sereia, muita honradez e, para evitar os embates dos corruptos, muita firmeza e determinação, porque eles não hesitam em utilizar qualquer arma que lhes traga mais benefícios e poder. É muito duro lutar para impor os direitos humanos contra a corrupção, mas é preciso fazê-lo; não podemos nos dar ao luxo de fracassar.

Criado o Tribunal Penal Internacional, reconhecido pela maioria dos países, com cínicas exceções como a de USA, é preciso ter competência para julgar qualquer governo corrupto, inclusive os daqueles que não o reconhecem, porque tanto o genocídio como a corrupção não têm fronteiras nem exceções. Sua competência há de estender-se à possibilidade de julgar os responsáveis por crises financeiras como a atual, mas também os responsáveis por crises alimentares, energéticas, ambientais etc.

Parece utópico? E aí? Ou os Estados se encaminham para um mundo mais justo e igualitário ou resolverão suas diferenças com guerras, fome, tirania... É uma escolha em um só sentido. O resto é pura demagogia e corrupção.

Para terminar, já que a vida não deve ser dramática, umas palavras de um humorista gráfico espanhol “El Roto”: “Para acabar com a crise você só tem que invadir qualquer paraíso fiscal”.

La crisis

Resumen:

Todo el mundo se hace unas cuantas preguntas acerca de la crisis. Se quedarán muchas más en el tintero pero hay que formularlas e intentar dar respuestas. Aunque todo parece haberse iniciado con las hipotecas “sub prime”, y seguido con la crisis financiera, la causa concreta e inmediata se centra en la falta de regulación y vigilancia, que se originó por la embustera idea de que el mercado era capaz de regularse a sí mismo con más eficacia que con la intervención y supervisión de los poderes públicos. Así nos ha ido, ha hecho falta una crisis financiera para que algo se moviera y por el camino aún persisten recientes crisis alimentarias, energéticas y medio ambientales. Pero hay más dudas que plantearse de esta crisis.

Palabras-clave: Crisis econômica. Cuestiones. Soluciones.

Referências

EL ROTO. *Jornal El País*, Espanha. Disponível em: <www.elpais.com>. Acesso em 31 out. 2008.

FAO. Publicações. In: COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL, 34, 2008, Roma. *Relatório...* Roma, 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Madri, out. 2008.

LONDOÑO, Juan Luís. Comercio, recursos y desigualdad en América Latina. *CEPAL Review*, Santiago de Chile, n. 78, p. 25-38 dez. 2002.

PARLAMENTO EUROPEU. Direction générale des études, document de travail, série affaires économiques. ECON 118 FR. 03-2001.

SARAMAGO, José. Crime (financeiro) contra a humanidade. *Diário Público*, Madrid (Espanha), 17 out. 2008.

STIGLITZ, Joseph. *Como hacer que la globalización funcione*. Madri: Taurus, 2006.

_____. *El malestar de la globalización*. Madri: Taurus, 2002.